

A rua e suas diferentes representações na percepção de jovens em situação de rua

Arpini, Dorian Mônica; Quintana, Alberto Manuel; Gonçalves, Camila dos Santos

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Arpini, D. M., Quintana, A. M., & Gonçalves, C. d. S. (2010). A rua e suas diferentes representações na percepção de jovens em situação de rua. *ETD - Educação Temática Digital*, 12(esp.), 42-63. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-190749>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more Information see:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

A rua e suas diferentes
representações na percepção
de jovens em situação de rua

*Dorian Mônica Arpini
Alberto Manuel Quintana
Camila dos Santos Gonçalves*

RESUMO

Este artigo aborda a temática da juventude, com foco nas experiências vividas por jovens em situação de rua. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado em duas instituições de ensino de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Procurou-se identificar as representações dos jovens acerca da rua. Realizaram-se entrevistas individuais semiestruturadas e com grupos focais de 40 jovens. Os resultados apontam diferentes olhares sobre a experiência de vida na rua. Os participantes referem-se a aspectos positivos como acolhimento, liberdade e saída de situações de sofrimento e violência no contexto familiar. Citam também representação negativa, associada à estigmatização e à marginalização de quem vive na rua. Os jovens destacam o trabalho e a escola como via de proteção e possibilidade de saída da situação de rua.

PALAVRAS-CHAVE

Juventude; Situação de rua; Vivências

The street and its different
representations in the
perception of boys in the streets

ABSTRACT

Street and its different representations according to the perception of youth in street situation. This article approaches the theme of youth, focusing on experiences lived by them in street situation. It is a qualitative study, carried out in two teaching institutions from a city in the interior of Rio Grande do Sul. The aim of such study was to identify the representations of youth regarding the street. Semi-structured interviews and focal groups with 40 youth were carried out. Results point out different perspectives about the experience of life on the streets. Participants refer positive aspects, such as warmth, freedom and leaving existing situations of suffering and violence in the family context. They also highlighted a negative representation, associated to stigmatization and marginalization of people who live in the streets. The ways out of the street situation pointed out by the youth concern working and school as means of protection.

KEYWORDS

Youth; Street situation; Experience



FIGURA 1 – Foto: Alberto Manuel Quintana/Santa Maria.

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, estamos trabalhando com projetos que envolvem a saúde da criança e do jovem. Dentre esses projetos, temos priorizado os estudos referentes à violência na infância e na juventude nos grupos populares, entendendo sua estreita vinculação com os aspectos que envolvem o cotidiano desses grupos.

Este trabalho resulta dessa perspectiva e da tentativa de buscar uma aproximação com jovens em situação de rua¹, a fim de conhecer como eles representam, em seus discursos, as vivências na rua.

Não podemos deixar de colocar que a aproximação com esses jovens suscitou muitas “surpresas”, pois também tínhamos uma representação de Rua² e o reconhecimento de

¹ Neste trabalho a utilização da expressão “jovem em situação de rua” refere-se a um conjunto de jovens que, embora tenha algum vínculo familiar e/ou um endereço, vive grande parte de seu cotidiano na rua, e tem a rua como uma referência. Podem ser utilizadas aqui também as referências de Rosemberg (1996); Aptekar (1996); Hutz e Koller (1996); Rizzini (2003); e Lucchini (2003).



certa ingenuidade, que acreditamos ser decorrente de nossa formação e também de nossas experiências de vida que, como toda vivência, está marcada por um contexto e um universo sociocultural determinado. Tal constatação pode parecer simples, num primeiro momento, mas torna-se complexa e importante de ser aqui mencionada, uma vez que a temática demandou que redimensionássemos nosso olhar para essa experiência, como um dos pontos primordiais para quem almeja trabalhar com temas dessa amplitude e complexidade.

Por outro lado, é esse grande abismo social entre diferentes grupos em nossa sociedade que exige a necessidade de estudos que possam ampliar nossos olhares, abrandar nossas ingenuidades e abrir nossos horizontes. A aproximação e o aprendizado construído na relação com esses jovens foram extremamente ricos. E é em função dessa riqueza que dividimos com vocês esse trabalho.

A Rua foi apresentada, de forma ambivalente, pois, ao mesmo tempo que dá um sentido de grupo e acolhe, também pode ser fonte de perigos e ameaças. Em muitos casos, ela foi apresentada como uma saída das situações de violência intrafamiliares, sendo, portanto, identificada como um local acolhedor, de ampla vivência de liberdade, no qual se experimentaria um dos grandes desejos dos jovens: ser autônomo e livre. Porém, como sabemos, a liberdade pode ser motivo de conflito e de sofrimento, quando for identificada como abandono, falta de proteção e de interesse. Assim parece que vai acontecendo com a vida nas ruas, que, aos poucos, perde seu encanto inicial e vai tecendo outras realidades, a da marginalização, a da vulnerabilidade às ações das autoridades formalmente constituídas e da total ausência de proteção e contenção.

Segundo Soares (2004, p. 131), vivemos “uma guerra fratricida e autofágica, na qual jovens sem perspectiva e esperança, recrutados pelo tráfico de armas e drogas (e por outras dinâmicas criminais), matam seus irmãos, condenando-se, também eles, a uma provável morte violenta e precoce, no círculo vicioso da tragédia”.

² A Rua foi aqui tratada, propositalmente, com letra maiúscula para diferenciar o simples espaço urbano do espaço potencial revelado pelas falas dos jovens entrevistados para o presente estudo.



Dessa forma, entendemos que existe uma violência que é vivenciada por esses jovens que estão excluídos, colocados à margem do que lhes é apresentado como ideal, dando-lhes apenas a possibilidade de espelhar aquilo que seria bom ter e ser, mas a que eles não terão acesso, senão por um olhar contemplativo. Entendendo que esse processo influencia a forma como nossos jovens se relacionam e constroem suas identidades, ao mesmo tempo que, pelo fato de estarem nesse lugar de quem não possui o “mínimo necessário” é que, muitas vezes, eles são vistos e identificados pela sociedade como ameaçadores e, portanto, como violentos. (COSTA, 1994; LEVISKY, 1997).

Segundo Soares (2004), muitos jovens brasileiros são hoje “socialmente invisíveis”. Essa invisibilidade decorre, principalmente, do preconceito e da indiferença. “Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito” (p. 132). Ainda seguindo as ideias do autor, o estigma tem relação direta com a identidade, dissolvendo-a e construindo, em seu lugar, um retrato estereotipado. No caso específico desses jovens, se não percebêssemos suas carências materiais e afetivas, estaríamos apenas vendo neles elementos perigosos, potencialmente violentos, aqueles nos quais podemos ver, como refere Foucault (1997), o criminoso antes do crime.

Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente (SOARES, 2004, p. 133).

Há outra forma de invisibilidade que atinge esse grupo de jovens no Brasil: a indiferença. Esta se encontra em nosso cotidiano e, muitas vezes, não nos damos conta de sua presença, mas, por meio dela, poupamos-nos de muito sofrimento e de cenas que nos deixariam abalados, fragilizados, angustiados. Porém, se para nós a indiferença pode ser um mecanismo protetor, aqueles a quem ela é dirigida recebem-na com um alto grau de sofrimento, que produz efeitos em sua subjetividade (SOARES, 2004). Esse aspecto foi claramente colocado por Rosa (2007, p. 185), ao referir-se à situação traumática vivida por jovens de rua:

A exposição traumática é dupla: por um lado, sua ocorrência é facilitada; por outro lado, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de dessubjetivação. É o caso, por exemplo, do que ocorre com os ‘meninos de rua’, assim chamados por não possuírem a proteção do discurso familiar. Dentre os diversos aspectos que os caracterizam, esses meninos têm em comum o fato de terem de contar com o próprio discurso para sobreviver no espaço da rua. Ou seja, aliam-se aos inúmeros tipos de desamparo a falta de atribuição de um lugar no ideal social e a perda de um discurso de pertinência para esses meninos.

Se podemos identificar tais jovens como marcados por tal estigma, não resta dúvida de que é preciso enfrentar tal problemática. Esse confronto pode dar-se pelas diferentes tentativas de compreensão do problema e abrir novas perspectivas e possibilidades de superação, não permitindo que a “profecia se auto-cumpra” como refere Soares (2004), querendo mostrar-nos que um olhar contemplativo, sem criticidade, para o problema, levar-nos-á ao encontro do veredito esperado, ou seja, eles serão, mesmo, jovens violentos, já estavam predestinados.

Foi com esse entendimento e esse desafio que surgiu nosso interesse, na medida em que estamos buscando uma melhor compreensão dessa realidade, de modo que possamos encontrar novas formas de atuação e qualificação das ações dirigidas para esse grupo social. Como dizem Santos et al. (1998, p. 442),

a busca de informações e a realização de diversas pesquisas que abordam esta temática em diferentes países permitem a conclusão de que esta não é uma população homogênea, existindo marcadas diferenças socioculturais permeando cada grupo encontrado, diferenças essas que devem ser respeitadas nas ações a cada grupo dirigidas.

Para isso, torna-se necessário olhar para esse sujeito da rua, como apontam Lemos e Giugliani (2002): “a possibilidade, o desejo, a necessidade de olhar a rua, se multiplica pelo país a partir de inúmeras experiências. Muitas foram além das contagens e mapeamentos, conseguiram enxergar um sujeito, complexo, sofrido, mutilado em seus projetos, em seus direitos, em sua condição humana” (LEMOS; GIUGLIANI, p. 22). Esses aspectos também foram apontados por Assis (1999) e Rizzini (2003) em trabalhos de pesquisa.



Nosso objetivo foi conhecer como esses jovens retratam sua experiência de vida na rua. Para alcançar os objetivos propostos, trabalhamos com as técnicas de entrevistas não diretivas, grupos focais e observação participante; alvo: jovens entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos, que estão vivenciando situação de rua.

Tivemos contato com esses jovens em duas instituições de ensino da cidade de Santa Maria/RS, as quais recebem essa clientela, nas chamadas “Escolas Abertas”. Essas Escolas caracterizam-se por serem instituições que funcionam em turno integral; em um turno oferecem o ensino regular, por ciclos, em turmas menores (em torno de 10 alunos); no turno oposto, oficinas variadas como: culinária, redação, pintura, artesanato, horticultura, entre outras. Outra característica dessas escolas é oferecer três refeições para os alunos: café da manhã, almoço e lanche da tarde. Em uma das escolas, os jovens podem tomar banho e recebem material para higiene pessoal. Parece-nos importante relatar que percebemos, nessas escolas, uma relação bastante próxima com os jovens, assim como o conhecimento e o acolhimento da realidade de cada um deles.

Especificamente por se tratar de um universo composto por jovens, identificamos que o grupo focal foi uma técnica que se mostrou bastante significativa, pois os jovens puderam manifestar-se espontaneamente, estabelecendo uma discussão sobre a temática, apontando criticamente suas opiniões e tendo uma participação ativa. A entrevista não diretiva e os grupos focais permitem, assim, uma flexibilidade de relacionamento entre pesquisador e pesquisado, reduzindo os efeitos de uma imposição direta da problemática a ser investigada, o que, no caso desta pesquisa, dificultaria o processo de interação com os sujeitos envolvidos (BLEGER, 1981).

Foram realizadas dez entrevistas individuais e três grupos focais com os jovens. As entrevistas e os grupos foram analisados na íntegra. No decorrer do trabalho, as falas dos jovens serão identificadas por sexo, idade e instituição. As entrevistas e os grupos focais foram gravados e, posteriormente, transcritos, com os consentimentos dos participantes devidamente registrados. Santos et al. (1998, p. 447) também destacam que:

o registro das opiniões sobre temas relevantes do seu cotidiano (a família, o trabalho, a rua, a forma como ocupam seu tempo) compõe um quadro próximo de sua realidade diária, trazendo dados que são úteis na validação de definições operacionais, criando oportunidades de melhorias em políticas de atendimento e compreensões contextualizadas das problemáticas sociais.

As entrevistas individuais foram realizadas em uma instituição, e os grupos focais, em outra. Assim, cada uma das escolas teve uma técnica utilizada. As entrevistas foram realizadas, tendo como referência os seguintes eixos norteadores: solicitação para falar sobre a violência, quais as possíveis causas dessas violências, quais os tipos de violências identificados, quais seriam as violências mais identificadas, como se poderia enfrentar a violência. Embora houvesse eixos a serem seguidos, os entrevistados ficaram à vontade para abordar o tema e desenvolvê-lo conforme seu estilo. Como são jovens, muitos tiveram facilidade e desenvoltura em sua abordagem, revelando muita familiaridade com o tema, aspecto que foi extremamente significativo para o estudo. Dessa forma, muitas vezes não foi necessário que o entrevistador conduzisse as entrevistas, que foram amplamente conduzidas pelo que Bleger (1981) denominou de “viés do entrevistado”. O entrevistador só foi motivando o entrevistado e, quando necessário, clareando as questões que estavam sendo narradas. Conforme refere Chizzotti (1998, p. 93), as entrevistas não diretivas permitem obter informações baseadas no livre discurso do entrevistado, porém salienta que o entrevistador deve “manter-se na escuta ativa” e com “atenção receptiva a todas as informações prestadas”, intervindo com “discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que estimulem a expressão mais circunstanciada de questões inerentes à pesquisa”.

O mesmo autor ainda salienta que “a atitude disponível à comunicação, a confiança manifesta nas formas e a escolha de um diálogo descontraído devem deixar o informante inteiramente livre para exprimir-se, sem receios, falar sem constrangimentos sobre seus atos e atitudes, interpretando-os no contexto em que ocorreram.” (p. 93).

As entrevistas exigem habilidade do entrevistador para possibilitar os aspectos acima referidos, bem como para captar os sentimentos, as emoções que acompanham o discurso e que, como manifestações não verbais, precisam, no momento da entrevista, ser detectadas com muita sensibilidade e atenção na escuta e observação. As entrevistas foram



realizadas num ambiente afetivo e bastante próximo. Os entrevistadores, para conduzir a abordagem com eficiência, procuraram criar um “clima” de acolhimento e afeto, usando uma linguagem próxima dos jovens, ou mesmo utilizando as próprias expressões do grupo.

Com relação aos grupos focais, cada um contou com 10 jovens, de um total de 30, que foram envolvidos no trabalho. Foram colocados os objetivos e realizada uma aproximação com o uso do gravador que, no grupo, despertou certa curiosidade. Os grupos foram mistos, ou seja, teve a participação de jovens dos sexos masculino e feminino, o que, do nosso ponto de vista, contribuiu para enriquecer o trabalho.

Os grupos tiveram os mesmos eixos norteadores das entrevistas individuais, mas os jovens participaram mais ativamente da proposta coletiva, discutindo e debatendo a temática. Segundo aponta Jovchelovith (2000, p. 113), os grupos permitem a expressão de vozes singulares que, ao serem colocadas em debate com os demais, podem revelar a diversidade da realidade e, ao mesmo tempo, a relação de cada sujeito com ela “é precisamente do conjunto multifacetado de experiências únicas que a totalidade da realidade social emerge”.

O tema mostrou-se também muito próximo da realidade deles. No grupo, com brincadeiras, polêmicas e discussões muito ricas, sentiram-se mais à vontade para expressar-se. Os grupos tiveram duração de 1 hora e 30 minutos, mais ou menos, e foram realizados na própria instituição, após o almoço, no intervalo entre o turno da manhã e o da tarde.

Sempre que íamos à escola – para contato, observação ou realização dos grupos e entrevistas –, acabávamos entrando em contato com os jovens que a nós se dirigiam para perguntar algo; eram estimulados pelas professoras para que falassem; ou, então, elas traziam alguma situação em que estavam envolvidos. Foi naqueles momentos, em relações informais características do cotidiano, que percebemos a integração entre eles e a equipe escolar e tivemos um conhecimento maior da realidade vivenciada no interior da instituição. Segundo Haguette (1995, p. 77), “a observação participante se constitui na técnica menos estruturada de coleta de dados em pesquisa”. Foi justamente por seu aspecto não estruturado que aqueles momentos trouxeram importantes contribuições ao estudo, pois permitiram que



vivenciássemos aspectos do cotidiano da instituição e até mesmo de momentos de enfrentamento entre a equipe e os jovens: o relato de professores, junto com jovens, sobre situações ocorridas em sala de aula; referências a refeições, a cuidados pessoais ou aos familiares dos jovens. Percebemos, dessa forma, uma relação de preocupação e afetividade da instituição com os jovens.

Após a finalização das entrevistas e dos grupos focais, avaliamos que a combinação das técnicas utilizadas foi muito proveitosa e interessante para o estudo proposto, reafirmando a grande contribuição dos jovens, quando solicitados a falarem sobre o tema.

É importante sinalizar também que, se a possibilidade de que a diferença real existente entre pesquisador e entrevistado seja um fator inibidor da situação de entrevista ou um fator que leve à “indução” da resposta por parte do entrevistado (THIOLLENT, 1985), a combinação de entrevistas e grupos pode alcançar maior abertura na fala dos entrevistados, uma vez que, no grupo, estariam abrandados os efeitos da “desigualdade”, isto é, a presença de vários pares fortalece a emergência da fala, ao mesmo tempo que reduz a força do entrevistado que, em determinados momentos, parece ficar esquecido na discussão gerada pelo grupo. Ao percebermos generalidades nas falas, acreditamos ter alcançado também uma abertura que possibilitou a emergência do discurso.

Após a elaboração do relatório final, que foi entregue a cada uma das instituições, realizamos, nas instituições, discussões sobre os resultados. A reunião foi organizada pela escola, que solicitou a participação de toda equipe escolar. Foram apresentados os aspectos significativos da pesquisa e trabalhadas algumas situações trazidas pelo grupo com relação ao tema. O interesse manifesto pela equipe escolar para esse retorno reafirmou nossa percepção acerca de suas relações com os jovens e do interesse por eles e pela compreensão e busca de superação da realidade apresentada. Não podemos deixar de explicitar a importância desse fato, considerando que, pela complexidade da temática, a participação e o envolvimento dos principais atores é o marco inicial para lidar com a questão.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Vida na rua: Liberdade ou aprisionamento

As referências a situações vividas na rua aparecem contextualizadas em duplo sentido, que apresentamos, aqui, como positivo e negativo. Positivo, no sentido em que é referência de acolhimento, fonte de trabalho e lazer, espaço onde se pode refugiar quando é preciso fugir das situações de tensão, conflito e violências no ambiente familiar; negativo, quando, após certo tempo dessa vivência, a rua estigmatiza seus habitantes, marginaliza-os e coloca-os num lugar de sujeito a ser temido, alguém identificado como perigoso.

Eu já fiquei na rua, já tive num mocó... mocó é uma casa que tá pra alugar e eles invadem e vão durmindo ali... Isso é em grupo, se juntam e vão pegar mocó (Jovem, sexo masculino, 13 anos, grupo focal, instituição 2).

Tu sai com os amigo e tá toda hora saindo, é uma coisa ou outra pra fazê, na rua tu sente livre, né, não tá em casa, ninguém mandando na gente (Jovem, sexo masculino, 17 anos, grupo focal, instituição 2).

Quando eu tive essa idade, eu também queria fugir de casa... Meu pai batia na minha mãe e, imaginava eu vivendo numa casa assim, que só tem tribulação, é difícil (Jovem, sexo masculino, 17 anos, grupo focal, instituição 2).

Muitos saem de casa, as vez, por causa... através dos pai, brigam muito, ali não tão bem, através dos amigo começam a sair, ficam solto e coisa (Jovem, sexo masculino, 17 anos, grupo focal, instituição 2).

Em um primeiro momento, a rua ganha um aspecto positivo de acolhimento em função da realidade, na maioria das vezes, vivenciada por esses jovens em suas casas. A violência, o abandono, a negligência aparecem constantemente, tornando o ambiente familiar um local de muito sofrimento, um espaço de difícil permanência, no qual se vivenciam também muitas privações no campo material, social e afetivo. Além disso, em alguns momentos, o ambiente familiar constitui um espaço de risco à saúde tanto física como psíquica, quando o grau de violência intrafamiliar é tal que a rua se torna um espaço mais seguro, no qual os jovens encontram outros na mesma situação, o que lhes possibilita compartilhar suas problemáticas. Vivencia-se, nessas ocasiões, uma sensação de acolhimento e pertencimento a um grupo (ALVES-MAZZOTTI, 1996; OLIVEIRA, 2002).

É na rua que os jovens encontram a possibilidade de trabalho, na maioria das vezes informal: cuidam de carros, catam lixo, ajudam em construções, entre outros. É através desses “biscates” — como eles chamam — que podem conseguir algum dinheiro ou alimento para manter-se. Por desempenharem essas atividades, passam a ter uma sensação de suficiência e mesmo de identidade, pois sentem-se, em alguma medida, inseridos na trama social.

Paugam (1999, p. 75), a partir desse contexto, destaca:

Como a desclassificação social é uma experiência humilhante, ela desestabiliza as relações com o outro, levando o indivíduo a fechar-se sobre si mesmo. Mesmo as relações no seio da comunidade familiar podem ser afetadas, pois é difícil para alguns admitir que não estejam à altura das pessoas que o cercam.

Este aspecto é compartilhado por Levisky (1998), quando diz que os próprios pais se veem totalmente fragilizados e desqualificados em relação à sociedade, o que leva os jovens a buscar, fora do universo familiar, possíveis identificações, muitas delas fortemente ligadas ao universo das drogas, conforme apontam Zaluar (1994) e também Diógenes (1998). A seguir, a fala dos jovens confirma a tendência:

...é uma coisa assim que tu te sente livre, não tem nada pra fazê, tu não tem serviço prá fazê... tu não tem compromisso, ninguém tá te mandando, entendeu? Tu sai com os amigo, tá toda hora saindo, é um coisa ou outra pra fazê; na rua tu te sente livre, né, não tá em casa, ninguém mandando na gente (Jovem, sexo masculino, 15 anos, grupo focal, Instituição 2).

... Eu entendi que ele quis dizer que, às vezes, também por situações de violência e tal, as pessoas saem... saem pra rua... [outro jovem acrescenta] Se não tem harmonia não tem como ficá dentro de casa, só brigando toda hora (Jovens, grupo focal, Instituição 2).

A Rua também, nesse primeiro momento, aparece como o espaço da liberdade, onde não precisam dar satisfações a ninguém, não precisam obedecer a ninguém, podem experimentar a vida em liberdade, podem experimentar a ilusória ausência de limites; os jovens constroem uma idealização do espaço público. Essa concepção aparece na fala de Oliveira (2002, p. 27):

Os jovens podem ser expulsos de casa ou abandonar a família devido à violência e maus tratos ou conflitos com pais e parentes próximos. Pode ocorrer ainda que, pressionados por dificuldades econômicas e emocionais da família, decidam sair de casa em busca de melhores condições de vida, com o objetivo de retornar com suprimentos para o grupo familiar. Podem ainda deixar a família com o objetivo de se desvencilhar das dificuldades. Saem, geralmente com uma visão bastante idealizada do que irão encontrar.

Existe, porém, outra forma de ver a rua, ou seja, como espaço de estigmatização; os que ali se situam são ‘rotulados’ de marginais e são discriminados por isso. A identificação como morador de rua define um lugar na sociedade, um lugar que, apesar de todas as liberdades, está cercado, fechado em sua representação. Não há o reconhecimento da identidade de cidadão, mas a do sujeito sem visualização, perigoso, fracassado e marginalizado. Segundo Rizzini e Butler (2003, p. 31): “A natureza temporária e tensa da vida na rua, repleta de medo e violência, faz com que as crianças e jovens sejam os primeiros a reconhecer que a ‘liberdade’ das ruas é também uma ilusão”.

A violência na rua... é a mesma...é a violência que eu fazia na rua que eu via mais...eu não nasci pra tá preso, pra roubá, pra assaltá...eu não nasci pra isso...isso foi um acaso, um acontecimento da vida que teve... (Jovem, sexo masculino, 17 anos, instituição 1).

...a pessoa que tive na rua e vê, vão pensá que é marginal, é ladrão alguma coisa assim... (Jovem, sexo masculino, 17 anos, grupo focal, instituição 2).

No meio dos marginal, assim, as crianças convivendo assim começam a aprender (Jovem, sexo masculino, 16 anos, instituição 1).

Pilha por causa dos outros, assim falando daí eu ia. Chegô um tempo que os mais antigos de... que já robavam antes de mim e coisa... Eu tinha que... Eu mesmo botava pilha neles pra robá, senão eles não iam me convidá, depois eu fui desistindo ... Agora não vejo mais eles (Jovem, sexo masculino, 17 anos, instituição 1).

A rua pode representar, muitas vezes, o início de uma tentativa de viver afastado de situações violentas. É frequente, na vida desses jovens, a saída de condições de violência levar a situações em que acabarão sendo identificados como sujeitos violentos, numa fronteira quase imperceptível entre ser uma vítima ou um autor de violência. E é nessa frágil e dura fronteira que muitos estigmas são colocados, definindo, de uma maneira mais fácil, como violento aquele que na violência só apresenta uma tentativa já desesperada de ajuda e contenção. Esse aspecto já foi destacado por Koller e Hutz (1996, p. 12) em trabalho com jovens em situação de rua: “Em todas as sociedades, em maior ou menor grau, meninos e

meninas de rua são comumente descritos como marginais ou doentes; frequentemente essas crianças e jovens são tidas como violentas, sujas e delinquentes”.

Fenelon, et al. (1992, p. 42)³, diante de tal aspecto, apontam:

Como se percebe, os meninos e as meninas de rua, estando na Viela, fazem uma espécie de ostentação do seu poder, relacionando a familiaridade com a marginalidade, com o desvio que, sem dúvida alguma, assume feições de ameaça para os demais. Ao lado disso, e como um elemento complementar dessa relação de poder, exibem a sua fragilidade, a ausência total de proteção e/o seu desejo de ‘sair dessa vida’, o que somente poderia se dar com a ajuda das outras pessoas. Das mesmas pessoas que sentem no próprio corpo a intensidade da sua ameaça.

Caras assim pessoas como eu, por exemplo, se eu andava na rua eles sabiam que eu era da rua, entendeu? [está se referindo a que a polícia já os identificava como sendo da rua. (Jovem, sexo masculino, 17 anos, grupo focal, Instituição 2).

Podemos pensar na rua, para esses jovens, como um lugar potencializador da exclusão social. Se a permanência na própria casa se torna impossível, a rua pode ser o único recurso que a sociedade oferece, alimentando a exclusão já existente, pois a rua está longe de constituir-se num espaço de proteção e promoção para esses jovens; ao contrário, às vezes faz exigências, como ações ou condutas infracionais ou transgressoras, que acaba por afastá-los de todas as possibilidades de inclusão, como aponta o projeto Paica – Rua (p. 67): “Excluídos da família, da escola e da comunidade em que vivem, crianças e jovens tornam-se vulneráveis às agressões do meio porque não conseguiram usufruir dos mecanismos de proteção, socialização e de construção de conhecimento (no sentido amplo).”.

Além disso, para esses jovens, a rua passa a ser o único espaço de reconhecimento, de tentativa de alcançar um “lugar” na teia social, que, na maioria das vezes, está tão imbricada que permite apenas a visualização desses “lugares”. Marin (1998, p. 103) destaca: “Sabemos que esse jovem está em busca de filiação, de reconhecimento, de tentar desesperadamente encontrar no social o lugar que lhe foi prometido, acenado, ‘vendido’ muitas vezes, e que está tão inacessível”.

Quando os jovens enfrentam o mundo da rua como uma saída para a violência intrafamiliar, nesse novo “lar” eles vão precisar redefinir novas referências de vida, novas formas de organização e de sobrevivência. A Rua promove um acolhimento – acolhimento que, segundo Karling (2001), poderia ser identificado com o rápido estabelecimento de amizades na rua, assim como a possibilidade de uma validação social positiva –, mas esses laços são muito instáveis e temporários. O desmembramento, a reorganização são movimentos constantes que determinam a dinâmica da experiência de vida nas ruas, definido pelo autor, como um modo de vida fragmentado.

As amizades são marcadas por uma intimidade, necessária pelo compartilhamento e pela divisão do pouco que têm — alimentos, roupas, cobertores, etc.—, pelo dormir junto ou em “mocós”. Karling (2001) aponta a ambiguidade das relações estabelecidas nas ruas: ao mesmo tempo que existe uma forte proximidade, existe também uma grande suspeita, “combinação paradoxal de sociabilidade fácil e suspeita fundamental” (SNOW; ANDERSON apud KARLING, 2001).

Porque têm muitos assim, na rua que não tem pra onde ir, eles acham qualquer casa abandonada, aí arrumam uns cobertor vão pra lá e dormem, papelão e dormem, daí essa casa é denunciada e é onde vai os brigadiano, policial lá, muitas vezes eles dão na gente e o meu irmão, ele bem primeiro que eu começo a cherá cola, né, ele apanhô (Jovem, sexo masculino, sexo masculino, 17 anos, grupo focal, Instituição 2).

Corroborando essa ideia, Castel (2000, p. 24) fala do processo que leva à exclusão, retirada das proteções que garantem a inclusão na sociedade. Chama a esse processo de desfiliação: “Na maior parte dos casos ‘o excluído’ é de fato um desfiliado, cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis ou instáveis”.

A desfiliação social pode levar esses jovens a sofrer um processo que Buarque (1991, p. 22) chamou de “apartação social”: “designa um processo pelo qual se denomina o outro como um ser ‘paret’, ou seja, o fenômeno de separar o outro, não apenas como um

³ Não consta na lista de referências

desigual, mas como um ‘não semelhante’, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços, etc., mas do gênero humano”.

Podemos pensar que, atualmente, a sociedade não quer apenas a exclusão de alguns sujeitos, mas o “apagamento” total da existência deles. Ilusoriamente, tentando não se haver com a culpa e com as consequências dessa dinâmica, acredita que tal violência apagar-se-á juntamente com os sujeitos. Nesse sentido, Wanderley (1999, p. 25) aponta: “A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo segregação, uma vez que tende a criar, intencionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção”. Em relação a esse aspecto, os jovens trazem informações sobre pessoas que morrem por causa de lixo, disputando o que os outros já descartaram, mas como eles referem:

... coisa mais horrível, mas é o único jeito deles sobreviverem, brigam por causa do lixo” (Jovem, sexo masculino, 15 anos, grupo focal, Instituição 2).

Teve um cara que eu conhecia que morreu no lixão o tio do meu namorado também morreu no lixão... É disputando o lixo, vivem disso... Prenderam um monte de gente, teve uma batida lá no lixão e tinha um monte de foragido, pegaram facão, revólver e tiraram os menores... [ao ser indagado sobre o que faziam os menores lá, referem] tão trabalhando. Pra que né, pra sobreviver, pra tê o que comê. Mas a maioria também pra comprá droga. O M., aquele morreu por causa da droga. Só eram drogados né, se drogavam bastante. Falaram também que ele pegô os papelão de outro e daí mataram ele... (Jovens, ambos os sexos, 12 a 16 anos, grupo focal, Instituição 2).

Eu tinha um amigo que tinha recebido e um matô ele só por 40 real... Só por 40 real, até as vez só por 20... [Ao ser questionado sobre os motivos de tal ação referem] A maioria é pra maconha, pra cachaça, pra cherar, pro pó... No Brasil de 10, a pessoa mata por droga, é um horror... O cara baita chapado já chega batendo, provocando, sabe imitando, e pode acabar matando (Jovens, ambos os sexos, 12 a 16 anos, grupo focal, Instituição 2).

Relatos como esses apontam-nos pouco ou ausência do valor da pessoa, como se a vida não valesse mais que o lixo, como se estivéssemos condenando um determinado grupo a uma relação de vida que não se diferencia do lixo. É preciso (re) lembrar a nós mesmos que o lixo representa aquilo que não se quer mais, que se despreza porque não nos serve. Quando alguém passa a valer o mesmo que o lixo, estaria, nesse momento, concretizando-se uma morte social, um processo de anulação social, talvez impossível de ser recuperado.

A relação do sujeito com o lixo não tem apenas efeitos momentâneos decorrentes da miséria, suas consequências são importantes. Quanto a esse fenômeno, Soares (2004, p.142) adverte que é na passagem de um garoto invisível para um jovem violento que ele pode vir a ser, mesmo que momentaneamente, alguém, saindo da lixeira,

Saltando para fora do escuro em que o guardamos e o esquecemos, o garoto armado readquire densidade antropológica, isto é, vira um homem de verdade. Antes invisível, era um fantasma transparente, portador de uma carcaça porosa e imperceptível [...] o jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã; seu futuro pelo acesso à superfície do planeta, onde se é visível.

Esse aspecto, também abordado por Costa (1994), vai consolidando uma realidade em que o valor do sujeito é dado apenas por algum objeto que ele possua.

É importante, no entanto, compreender esse momento inicial de busca de visibilidade como “um apelo frustrado e contraditório lançado do fundo da impotência e do desamparo, um apelo por acolhimento e valorização, um pleito por afeto e calor humano.” (SOARES, 2004, p.143). É a tentativa desse (a) garoto (a) ainda inseguro(a) e frágil de ressurgir, de encontrar o olhar do outro e de ser por ele seduzido. Porém, como esse “encontro”, geralmente, não cruza, o (a) garoto (a) endurece, “cria coragem”, fica onipotente, diz “não sentir” e reage virando, então, o (a) “jovem violento(a)”. Faz parte de um grupo, ganha confiança, mas vai restringindo seu futuro; logo se deparará com a ausência de liberdade e a força das instituições. Embora não fosse isso que buscavam, é o que quase todos encontram. Afinal, no mundo das ruas, é difícil viver muito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há algo a fazer

Este trabalho aponta-nos aspectos de fundamental relevância no discurso desses jovens em situação de rua e a forma como se relacionam. A sociedade, no discurso deles, é violenta. Esse aspecto merece ser alvo de maiores investigações, pois não se pode pensar a superação da violência sem discutir as relações fortemente identificadas como violentas e presentes em nosso cotidiano, como aponta Marin (1998, p. 79): “o que parece mover a todos é apenas a busca de prazer, passando-se ao ato na busca da realização de qualquer desejo. O que penso é que quanto mais se procura negar a violência mais se abandonam os sujeitos aos seus próprios impulsos, à ilusão de ser onipotente”.

Por outro lado, a trajetória desses jovens coloca-os num caminho frágil, que carece de perspectivas. Mas são eles mesmos que apontam o trabalho e a escola como as mais importantes saídas, capazes de fazer frente às “facilidades” e às adversidades da vida nas ruas. É preciso saber reconhecer que há necessidade de mais oportunidades para os jovens.

Vivemos um momento peculiar para a infância e a juventude, no sentido de que de há uma legislação que as considera como uma etapa de direitos, que tem permitido a construção de importantes trabalhos, estudos e enfrentamentos. Por outro lado, esses jovens evidenciam o paradoxo de que, ao mesmo tempo que há avanços na conquista de direitos, há o medo de relacionar-se com esse grupo social.

É difícil concluir este trabalho, no qual jovens nos mostraram, com tanta clareza, os impasses enfrentados por eles e a vulnerabilidade deles na luta pela sobrevivência. Seus discursos geraram em nós sentimentos ambivalentes: de impotência, pela constatação do sofrimento diante da dura realidade por eles colocada; de desejo de mudança e “crença” – o que se traduz por ESPERANÇA – em um mundo menos violento.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. Meninos de rua e meninos na rua: estrutura e dinâmica familiar. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1996. p. 117-132.
- ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 1999.
- BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevistas e grupos**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1981.
- BUARQUE, C. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, SP: EDUC, 2000. p. 17-50.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, SP: Cortez, 1998.
- COSTA, J. F. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994.
- DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Paulo, SP: Annablume, 1998.
- FENELON, G. et al. **Meninas de rua: uma vida em movimento**. Goiânia: CEGRAD/UFG, 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KAËS, R. Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: _____. (Org.). **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1991. p. 19-56.
- KARLING, J. C. **A representação social do espaço público em meninos em situação de rua**. 2001. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2001.

KOLLER, S. H.; HUTZ, C. S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. In: KOLLER, S. (Org.). **Coletâneas da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia- aplicação da Psicologia na melhoria da qualidade de vida**, v. 1, n. 12, p.11-34, 1996.

LEMOS, M. P.; GIUGLIANE, S. Educação social de rua. In: PAICA-RUA (Org.). **Meninos e meninas em situação de rua: políticas integradas para a garantia de direitos**. São Paulo, SP: Cortez; Brasília: UNICEF, 2002. (Série fazer valer os direitos, v. 2).

LEVISKY, D. L. Adolescência e violência: a psicanálise na prática social. In: LEVISKY, David L. **Adolescência pelos caminhos da violência**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1998. p. 21-44.

_____. **Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MARIN, I. S. K. Instituições e violência. Violência nas instituições. In: LEVISKY, D. L. (Org.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1998. p. 101-112.

OLIVEIRA, L. A. **O significado de família para meninos em situação de rua de POA**. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS, 2002.

PAUGAM, S. O enfraquecimento dos vínculos sociais — uma dimensão essencial do processo de desqualificação. In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão — análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 67-86.

RIZZINI, I. (Coord). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC – Rio; São Paulo, SP: Loyola, 2003.

RIZZINI, I.; BUTLER, U. M. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In: RIZZINI I. (Coord.) **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC – Rio; São Paulo, SP: Loyola, 2003. p. 17 – 44.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica de jovens da periferia – a construção de laços fraternos e amorosos. In: ALTOÉ, S. **A lei e as leis: Direito e psicanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2007. p. 183-193.

SANTOS, A. et al. Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 11, p. 441-447, 1998.



SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.) **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.130-159.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo, SP: Polis, 1985.

WANDERLEY, M. B. Refletindo a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 16-26.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro, RJ: Revan; Ed. UFRJ, 1994.

Agradecimentos:

À FAPERGS, pelo auxílio recebido.

Dorian Mônica Arpini

Psicóloga;
Doutora em Psicologia
Social pela PUC-SP;
Professora Associada do Departamento
de Psicologia e do Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail: monica.arpini@gmail.com

Alberto Manuel Quintana

Psicólogo;
Doutor em Ciências Sociais
(Antropologia Clínica) pela PUC-SP;
Professor Associado do Departamento
de Psicologia da UFSM;
Professor dos Mestrados em Enfermagem
e Psicologia da Universidade Federal de
Santa Maria, Coordenador do NEIS
E-mail: albertom.quintana@gmail.com

Camila dos Santos Gonçalves

Psicóloga;
Professora do curso de Psicologia do
Centro Universitário Franciscano –
UNIFRA/Santa Maria;
Mestranda do Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da UFSM

Recebido em: 30/06/2010
Publicado em: 30/09/2010